

• Política

CONSTITUINTE

CNBB reúne 1,5 milhão em apoio a emendas contra aborto e tortura

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

Hoje, às 15 horas, quatro emendas populares, com mais de 1,5 milhão de assinaturas no conjunto, serão entregues ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). "São emendas a favor da vida", define o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida.

As emendas são contra o aborto, contra a eutanásia, contra a tortura, contra o divórcio, a favor da liberdade religiosa e da obrigatoriedade do ensino religioso no primeiro e no segundo graus das escolas públicas.

A emenda sobre a ordem econômica, que recebeu 266 mil assinaturas de apoio, estabelece a primazia do trabalho sobre o capital. Prevê que a lei deve assegurar prioridade da remuneração do trabalho sobre a remuneração do capital, especificada do trabalho "pelo atendimento das necessidades básicas do trabalhador e dos seus encargos familiares". E estabelece sinteticamente os parâmetros para a reforma agrária e a reforma urbana.

A propriedade do imóvel rural, de acordo com a emenda, corresponde a uma obrigação social, não



D. Luciano Mendes

a um direito individual, como pretendem os conservadores. A emenda pretende também instituir a perda sumária de propriedades que não cumpram a função social, proposta vencida na Comissão da Ordem Econômica da Constituinte e que, por esta razão, não foi incorporada ao anteprojeto em discussão no plenário da Constituinte.

Das quatro emendas patrocinadas pela CNBB, a que recebeu maior número de adesões foi a emenda sobre educação, 694 mil assinaturas. A que recebeu menor número de adesões foi a emenda sobre a ordem econômica. Mas, segundo dom Luciano Mendes de Almeida, juntamente com a emenda da CNBB, as comunidades eclesiais de ba-

se colocaram à disposição dos eleitores outra emenda, mais ampla, patrocinada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), que prevê amplos instrumentos de reforma agrária, como a fixação de limite máximo para a propriedade rural e a emissão imediata na posse dos imóveis desapropriados. No conjunto, a emenda específica da CNBB e da ABRA deverá conseguir mais de um milhão de assinaturas, estima dom Luciano.

Rigorosamente, pelo Regimento Interno da Constituinte, são necessárias apenas 30 mil assinaturas para permitir a apresentação de emenda popular. Desde maio, a CNBB empenha-se em conseguir o maior número possível de assinaturas, num esforço, segundo dom Luciano, destinado a afirmar a participação popular na Constituinte.

A proposta de emenda popular sobre educação enfrenta um tema polêmico da Constituinte ao prever a concessão de amparo técnico e financeiro a escolas particulares, desde que não tenham fins lucrativos. Há constituintes que desejam a estatização completa do ensino e outros que excluem a concessão de incentivos públicos às escolas particulares, embora admitam a sua existência.

Boff: "Superar o capitalismo"

O frei Leonardo Boff, que veio a Curitiba para descansar uma semana na casa de seus familiares depois de sua viagem à União Soviética, fez severas críticas ontem ao anteprojeto da Constituinte, afirmando que seu maior temor "é que todos os brasileiros tenham de passar pelo vexame e pela vergonha de reconhecer que o anteprojeto do relator de Sistematização, Bernardo Cabral, está

bem pior que o dos militares".

Segundo o pregador da Teologia da Libertação, a única forma de o texto do anteprojeto ser alterado para atender "às reais reivindicações do povo brasileiro é a participação do povo na elaboração do texto final da Nova Constituição, já que o anteprojeto não atende nem mesmo às necessidades básicas do povo". Leonardo Boff vê co-

mo saída uma mudança no sistema de governo.

"Precisamos superar o capitalismo através de meios pacíficos para acabar com a exploração violenta como a que vem acontecendo no meio rural ou logo chegaremos à guerra no campo, onde 12 milhões de brasileiros sem terra ou com pouquíssima terra vêm sendo assolados pela fome", disse frei Leonardo Boff à Agência Globo.

Acordo sobre anistia a militares

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

O grupo interpartidário formado há um mês e que já integra cinquenta constituintes da ala progressista do PMDB, da ala menos conservadora do PFL e dos pequenos partidos de esquerda chegou ao consenso sobre pelo menos um dos temas polêmicos da Constituinte.

Estão todos de acordo sobre a questão da anistia: os militares punidos por crimes políticos não devem ser reintegrados à ativa, ao contrário do que prevê o anteprojeto da Constituição em discussão no plenário e das conclusões das Comissões da Ordem Social e da Soberania e dos Direitos e Garantias.

Ainda não há consenso sobre a forma de indenização. Segundo, porém, o deputado Alcení Guerra (PFL-PR), um dos articuladores do grupo, as negociações deverão conduzir facilmente ao entendimen-

Mudança no prazo

Por decisão da presidência da Constituinte, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, começará a trabalhar no seu substitutivo já a partir do próximo dia 14 de agosto, e não mais a partir do dia 24, como estava previsto no regimento interno. Os prazos do regimento estabelecem que, no período entre 13 e 23 de agosto, o plenário debaterá o atual anteprojeto.

to também sobre a indenização. O senador José Agripino Maia (PFL-RN), que tem conversado com os militares e com cassados, estava convencido de que os dois lados estão dispostos a chegar a uma posição comum. A tendência predo-

minante no grupo é admitir uma forma de indenização retroativa, que alcance todo o período de afastamento por razões políticas.

Hoje de manhã, na biblioteca da Câmara dos Deputados, o grupo interpartidário reúne-se para discutir a estratégia mais adequada para obter um amplo acordo sobre os temas polêmicos da Constituinte, capaz de permitir a aprovação de um texto avançado e coerente da Nova Constituição.

O grupo foi originalmente formado por dez constituintes, entre eles os deputados Euclides Scalco (PMDB-PR), Antonio Brito (PMDB-RS), vice-líderes do senador Mário Covas na liderança da Constituinte, José Serra (PMDB-SP), Pimenta da Veiga (PMDB-MG), Paulo Macarini (PMDB-SC). Do PFL, estavam entre os fundadores do grupo os deputados Lúcio Alcântara (CE), Jayme Santana (MA) e Alcení Guerra (PR).